



Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.

Mesa coordenada Serviço Social, direito à moradia e à cidade: nosso legado crítico e os desafios contemporâneos da resistência.

O URBANO NO CONTEXTO DE OFENSIVA DO CAPITAL: FORMAS DE RESISTÊNCIA A PARTIR DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO E DA DEFESA DO DIREITO À MORADIA

ISABEL CRISTINA DA COSTA CARDOSO¹

Resumo: O texto analisa os desafios do tempo presente no campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia, que repercutem sobre o trabalho profissional, e propõe dialogar com a história e a memória do Serviço Social no referido campo sócio-institucional e político para pensar formas de resistência e de proposição a práxis profissional.

Palavras-chave: Política de Habitação. Direito à Moradia. História do Serviço Social. Práxis Profissional.

Abstract: The text analyzes challenges in present time at the field of housing policy and the defense of housing as a right, which reverberate on professional work, by proposing a dialogue with the history and memory of Social Work referred to socio-institutional and political field, as a way to consider forms of resistance and professional praxis propositions.

Keywords: Housing Policy. Housing Rights. Social Work History. Professional Praxis.

INTRODUÇÃO

A chamada do ENPESS, “em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”, expressa, ao mesmo tempo, a reafirmação de um legado profissional, inscrito na história do Serviço Social, e uma convocação profissional no tempo presente. Se resistir é uma práxis cotidiana da classe trabalhadora, ela é fruto da ação e do pensamento de sujeitos concretos, que vivem as situações da vida social em tempos e espaços concretos. Então, para reafirmar o legado histórico da resistência do Serviço Social, manifestado e condensado em seu projeto ético-político, nas diretrizes curriculares da formação profissional e na sua trajetória de organização e mobilização coletiva, o texto estabelece como sua contribuição e objetivo analisar os desafios do tempo presente no campo da política de habitação e da

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <icostac2010@gmail.com>.

defesa do direito à moradia para, então, dialogar com a história e a memória do Serviço Social, particularmente aqui visadas sob a trajetória profissional no referido campo sócio-institucional e político, e construir expectativas e projetos de futuro sustentadoras tanto do projeto profissional quanto de um projeto societário classista².

O texto está estruturado em quatro partes. A presente introdução. A segunda parte que se debruça sobre o contexto e as relações sociais no tempo presente que expressam o processo histórico de radicalização da ofensiva do capital e que convocam a nossa capacidade de luta e resistência como classe trabalhadora, particularmente no campo da política de habitação e do direito à moradia. Na terceira parte o texto dialoga com a memória e a história do Serviço Social na política de habitação e na defesa do direito à moradia no sentido de refletir sobre tal legado e patrimônio da profissão que é apresentado como contribuição fundamental para uma história social crítica da profissão e da sua inserção na política habitacional e no campo da questão urbana no Brasil. Ao final são apresentadas as considerações finais.

VIOLÊNCIA E EXPROPRIAÇÃO COMO DINÂMICAS DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL: reflexões sobre a ofensiva burguesa no campo da questão urbana no Brasil

Vivemos as determinações históricas de maturação e intensificação do golpe civil e parlamentar, instaurado no Brasil, a partir de março de 2016, que destituiu Dilma Russef do exercício da presidência da República, sob a “blindagem” midiática e do poder judiciário. Cabe destacar que esse é um golpe da burguesia que virou definitivamente às costas para a nossa frágil e ainda recente experiência de democracia. Para os representantes do capital financeiro, produtivo e do rentismo agrário e latifundiário, o golpe de 2016 e o contexto aberto a partir dele expressam que a democracia é um “excesso”,

² As reflexões aqui sistematizadas se somam ao esforço coletivo de investigação do UrbanoSS – grupo de estudos sobre espaço urbano, vida cotidiana e Serviço Social, sob minha coordenação na FSS/UERJ. O grupo conta com a participação de docentes e estudantes de graduação, mestrado e doutorado e seus processos investigativos em diferentes campos como: a história da produção acadêmica e das experiências profissionais do Serviço Social no âmbito da política de habitação e da defesa do direito à moradia, a contribuição do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey para o Serviço Social, a história social das políticas urbanas, a importância do espaço para o Serviço Social e a compreensão da totalidade da vida social, a partir da tradição marxista.

logo não é uma necessidade histórica do desenvolvimento da burguesia enquanto classe dominante e dirigente. Nesses termos a democracia pode ser apenas uma peça formal, mas não factível, e, por isso, flexível o suficiente para se despir de seus conteúdos e formas, e restar apenas uma experiência tão residual, e, ao mesmo tempo, tão instrumental aos interesses do capital, que não institui referência cotidiana para a vida social da classe trabalhadora e para as relações entre Estado e classes sociais. É nesse sentido que a democracia é pensada aqui como um excesso a ser contido, interrompido e sitiado em seus efeitos práticos e fáticos para a classe trabalhadora. Classe essa que construiu o que existe como nossa experiência de democracia, ao longo do século XX. Então, se trata de conter, interromper e sitiar a ação política e o horizonte utópico da própria classe trabalhadora, ação essa que só pode existir através da instituição de uma esfera pública democrática que sustente a ação e a fala de sujeitos de direitos que denunciam as desigualdades estruturais da sociedade capitalista, na sua universalidade e na particularidade do Brasil, e propõem formas para o seu enfrentamento público. É disso que se trata. Vivemos tempos de aprofundamento exponencial da violência como parte estruturadora da sociabilidade capitalista. As formas tradicionais de dominação de classe e de opressão de gênero, raça e etnia são potencializadas no tempo presente por práticas fascistas nascidas da intolerância, da incapacidade de conviver com os direitos conquistados à livre manifestação das diferenças e identidades de gênero, de orientação sexual, da diversidade religiosa, que fazem aumentar os indicadores de violência contra mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e contra ações de luta da sociedade civil, através da criminalização dos movimentos sociais e/ou da invisibilização dos mesmos e de suas lutas cotidianas e históricas.

Como já nos alertou Florestan Fernandes (1987), a nossa particularidade frente a universalidade das relações sociais capitalistas é ser um capitalismo dependente e periférico, subordinado à dinâmica internacional, e que fundou as relações sociais capitalistas sob a forma e o conteúdo da autocracia burguesa. A experiência de sociedade de classes engendrada pelo capitalismo periférico e dependente é baseada na máxima violência do trabalho escravizado durante séculos e do racismo decorrente desse passado violento

e colonialista – racismo sempre reatualizado, como atesta a política de Estado de encarceramento da juventude pobre e negra, no Brasil, moradora das periferias e favelas brasileiras -, na expropriação e superexploração do trabalho, na democracia restrita do Estado autocrático burguês, no não rompimento com as bases do poder latifundiário e na manutenção do chamado “pacto colonial” que permanece sustentando a drenagem da riqueza nacional para o circuito internacional das trocas e da acumulação capitalista, sob a forma da repartição do excedente econômico entre as burguesias nacional e internacional, bem como seu padrão predatório e expropriador da natureza e dos bens comuns como água, ar, terra, sementes, conhecimentos tradicionais, padrão esse praticado historicamente pelo desenvolvimento extrativista e monocultor.

Sob a forma autocrática burguesa da nossa experiência de capitalismo dependente e periférico, o Estado tem papel fundamental, pois opera como vetor de desestruturação da sociedade civil, como via prussiana de transformação pelo alto. É por esse motivo que Francisco de Oliveira (1999), sintetizou de forma assustadoramente trágica o sentido autoritário de nossa história. Segundo Oliveira,

A história brasileira, desde a revolução de 30, mostrou que no espaço de 60 anos, é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que se seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança da dominação de classe. Mas, se se contar, além dos golpes que resultaram em ditaduras, as tentativas de golpes falhados, chega-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos, desde 30 até 90 (OIVEIRA, 1999, p. 60).

A partir de 2016, acrescentamos mais um golpe a essa dramática trajetória. Recorro a esses elementos teóricos e históricos sobre a formação brasileira porque interessa pensar o movimento histórico dos desafios atuais e das contradições estruturais do campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia. Entre tais desafios e contradições no tempo presente, destacam-se: 1) a regressão dos recursos públicos investidos nas políticas de habitação de interesse social e de saneamento no campo e na cidade, em prol da produção habitacional de mercado; 2) o não cumprimento dos marcos regulatórios das políticas urbanas e dos instrumentos legais e urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e em diferentes Planos Diretores e Planos

Locais de Habitação de Interesse Social; 3) a intensificação das práticas rentistas da cadeia produtiva imobiliária, associada ao capital financeiro e seus mecanismos de financeirização da terra e da moradia; 3) a subordinação do trabalho social, como componente obrigatório da política de habitação e de saneamento, às normatizações burocráticas e centralizadoras de um banco como a Caixa Econômica Federal e sua concepção do trabalho social como “produto” passível de metrificação e padronização nacional e centralizada. Sob esse último aspecto, cabe salientar que, nessa perspectiva bancária, não são respeitadas ou priorizadas as temporalidades e processos do trabalho social que, mesmo se articulando ao tempo e às exigências de projetos e ações da política de habitação e seus agentes financiadores e controladores, extrapolam tal dinâmica porque exigem uma relação muito mais cotidiana e longitudinal de presença do trabalho social nos diferentes territórios onde a vida se processa e a moradia é produzida como realidade social e urbana. É dessa relação e presença cotidianas que se torna possível a aproximação do trabalho social aos moradores dos territórios precários da cidade e a construção de formas de legitimidade do trabalho a partir de práticas concretas de compartilhamento de saber e participação popular, e a construção do conhecimento profissional de como a vida social se processa nos diferentes territórios da cidade e produz o espaço urbano a partir de formas de uso e ocupação desiguais, mas não só desiguais, também a partir de práticas criativas e de resistência.

Não obstante a demarcação do conjunto de desafios e contradições, é importante compreender que a reprodução contém não apenas as condições do exercício da dominação, mas também da afirmação da utopia, da emancipação humana frente às relações de dominação e opressão. Portanto, a história não se faz linearmente, mas dialeticamente, com conflitos e movida pelas próprias contradições das relações sociais. Portanto, a convocação a um lugar de resistência e organização dos assistentes sociais como classe trabalhadora e integrante do trabalho coletivo no âmbito da política de habitação é parte desse processo de atuação sobre as contradições das relações sociais capitalistas, mas a partir de um lugar coletivo de classe, como trabalhadores e trabalhadoras que também sofrem as determinações do processo de aprofundamento do neoliberalismo e de transformação do mundo

do trabalho como manifestação histórica da acumulação por espoliação, enquanto novo estágio de reprodução ampliada do capital, conforme conceituação de Harvey (2004). Enquanto partícipes da classe trabalhadora, solidários e comprometidos, por exemplo, com a defesa e a garantia do direito à terra e o direito à moradia, o que extrapola os limites instituídos das políticas sociais e urbanas, também devemos formular nosso horizonte utópico do direito à cidade, nos termos de Lefebvre (2001), enquanto elemento integrante de um projeto societário e não apenas profissional, o que nos coloca a exigência de pensar formas de integração e participação nas lutas sociais e de classe pela construção dessa utopia e estarmos lado a lado com os movimentos sociais e outras formas coletivas de luta pelo direito à cidade. Tal práxis possibilita construir e forjar formas de aliança estratégicas com a sociedade civil para o fortalecimento de nossos projetos profissionais e alteração da correlação de forças no âmbito institucional do trabalho profissional.

Nos limites deste texto cabe destacar duas expressões particulares do processo de acumulação por espoliação no Brasil que lançam profundas consequências sobre as condições de realização do trabalho dos assistentes sociais na política de habitação e na defesa do direito à moradia, e sobre as formas de existência material e simbólica destes profissionais como trabalhadores: 1) o aprofundamento da “sagrada aliança” entre terra e capital, das práticas do rentismo urbano e seus impactos ambientais e sociais sobre as condições de reprodução da natureza e da vida, notadamente sobre a subordinação do direito à moradia aos interesses rentistas dos capitais imobiliário, fundiário e financeiro; e 2) as metamorfoses profundas do mundo do trabalho na direção da maior exploração da força de trabalho e da expropriação das condições de sua reprodução social.

A primeira manifestação particular da acumulação por espoliação no Brasil acentua as contradições históricas que se expressam no choque entre lógicas distintas que buscam determinar as formas e os conteúdos históricos da relação terra/propriedade. Trata-se de um lado da lógica do valor de uso e da função social da terra e da propriedade, e, de outro, da sua subordinação ao valor de troca, ao “rentismo à brasileira” (PRIETO, 2017), e ao

processo de acumulação e valorização do capital. Os conflitos produzidos a partir do choque entre tais lógicas e práxis divergentes expressam o movimento singular, particular e universal das multifacetadas expressões agrárias, urbanas e ambientais da questão social, das relações entre as classes sociais e entre essas e o Estado. As sínteses produzidas a partir dessas contradições, e movidas pela luta de superação dessas contradições, são fruto da correlação de forças entre sujeitos concretos, a partir de tempos e espaços concretos. O Estado expressa e sintetiza o movimento dessas contradições, ao mesmo tempo em que produz novas contradições e determinações no âmago da relação terra/propriedade, ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É nesse contexto que se insere a história social da política habitacional que atua, contraditoriamente, tanto na esfera da reprodução da força de trabalho quanto na da reprodução do capital, subordinando as lutas e necessidades da primeira esfera aos interesses da segunda e subordinando, concomitantemente, os usos da terra e as formas da moradia à lógica da mercadoria e da propriedade privada.

É necessário ao Serviço Social investigar e conhecer as diferentes formas de apropriação, uso e ocupação da terra, suas tradições e histórias de conflito e resistência, nas diversas regiões e nos distintos lugares onde a vida cotidiana da classe trabalhadora, ou de forma mais ampla, dos subalternos, se processa a partir do tempo e das necessidades do trabalho, da cultura, das relações familiares e de outras formas de pertencimento social, da moradia, das formas de relação com a natureza. Esse conhecimento advém de uma elaboração teórica que não se autonomiza do cotidiano da intervenção profissional, o que implica que o assistente social deve estar presente nesse cotidiano da vida da classe trabalhadora, nos espaços onde ele se processa, muito além dos lugares físicos dos equipamentos das políticas sociais, reconhecendo, assim, que a terra onde habitam os homens e as mulheres simples da vida cotidiana (MARTINS,2000) (e muitos também trabalham na terra onde moram) não é uma “coisa”, mas é meio de vida, metabolismo da vida (o que inclui a natureza) mediado pelas relações sociais. As formas de propriedade constituem uma dessas mediações. É essa práxis que torna efetiva a categoria do espaço e o conceito de território, ou melhor, é isso que

de fato importa metodologicamente em ambos. E o Serviço Social precisa estar no território, produzindo o território como profissional, de forma mediada pela materialidade das políticas sociais e as políticas urbanas, como a habitação e o saneamento, bem como pela intencionalidade de seus compromissos profissionais do ponto de vista ético e político, para também produzir conhecimento sobre os “territórios de vida” a partir das suas determinações concretas e de uma forma compromissada com a superação das práticas socioespaciais de dominação dos subalternos e do controle disciplinador da vida cotidiana.

A segunda manifestação particular da acumulação por espoliação se expressa em profundas transformações das formas de exploração da força de trabalho para a realização do trabalho produtivo e improdutivo. Assim, como afirma Antunes e Druck (2014), “o capitalismo, em suas décadas mais recentes, vem apresentando um movimento tendencial em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica.” (p.13). Da mesma forma, cresce “as formas geradoras de valor [...] ainda que assumindo a aparência de não valor.” (ANTUNES, 2018, p.33) e que se disfarçam, por exemplo, no crescimento das formas de trabalho produtivo sob a modalidade de “serviços” nos diferentes ramos de atividades econômicas.

A histórica e persistente separação entre as equipes responsáveis pela obra física e pelo trabalho social na política de habitação, acrescida da complexidade acima enunciada de ampliação das formas de terceirização da força de trabalho, que também são praticadas pela política urbana, podem levar a mistificação do trabalho social como “irrelevante” para a extração do valor quando considerada a produção capitalista da moradia e do espaço urbano. Contudo, o trabalho social é parte componente da política de habitação e participa de processos do trabalho coletivo dessa cadeia produtiva. A política de habitação integra o processo mais amplo da cadeia produtiva do setor imobiliário e participa do processo de valorização do capital. Então, é necessário investigar sob quais mediações o trabalho social integra a extração e realização do valor nessa cadeia produtiva e sob quais formas fenomênicas o

trabalho social pode ser considerado como trabalho produtivo e/ou improdutivo.

Vivemos como trabalhadoras e trabalhadores os processos de desestruturação das bases material e simbólica do mundo do trabalho no sentido da flexibilização das formas institucionais e jurídicas de proteção social do trabalho e do direito do trabalho, desencadeadas já nos anos 90, junto com a agenda das políticas neoliberais, como analisada por Raichelis (2018), e aprofundadas a partir da recente reforma trabalhista, de 2017, e da aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal, da condição de constitucionalidade das Organizações Sociais (OS) em todas as políticas sociais. A manifestação concreta dessa transformação material e simbólica nas condições e relações de trabalho do assistente social se dá através das formas de precarização do trabalho onde diferentes práticas de terceirização ocupam lugar de destaque. Um exemplo disso é encontrado na abertura de processos de seleção pública, através de pregão presencial, sob a modalidade menor preço, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço – a “pejotização” (ANTUNES, 2018) do assistente social, por tempo determinado, para execução de projetos específicos no âmbito das políticas sociais. De uma forma geral a terceirização do trabalho expõe o profissional a riscos maiores: 1) de fragmentação das atividades que compõem tanto os processos de trabalho do assistente social quanto os processos do trabalho social, notadamente a fragmentação entre quem planeja, quem executa e quem avalia e faz as chamadas medições do trabalho social terceirizado; 2) de redução do valor de troca do trabalho do assistente social, na forma da redução salarial, 3) de alta rotatividade da força de trabalho de assistentes sociais e das equipes de trabalho e a consequente perda e/ou fragilização da memória institucional do trabalho do Serviço Social; 4) do aumento dos indicadores de adoecimento de assistentes sociais, como atesta o estudo de Vicente (2018).

Vivemos igualmente a diminuição da base material dos nossos processos de trabalho através da redução drástica dos recursos orçamentários das políticas sociais e das práticas privatistas de gestão da coisa pública, desde o início da agenda neoliberal e as medidas de reforma do Estado, de Bresser Pereira, nos anos 90, e aprofundadas ao longo do século XXI pelas

diferentes gestões do Partido dos Trabalhadores, que desmantelam institucionalidades e práticas já estabelecidas na gestão dos serviços públicos e das políticas sociais, para em seu lugar colocar OS, fundações e OSCIPS, mantidas e subvencionadas pelo fundo público. Tal redução da base material dos nossos processos de trabalho também pode ser identificada no âmbito da política habitacional através da não obrigatoriedade de realização do componente trabalho social no PMCMV, faixa 1,5 - referente a famílias com renda entre R\$1.8 mil reais e R\$2.6 mil reais. Esse fato indica a perda de centralidade do próprio trabalho social como componente da política de habitação e interesse social, como a perda de postos de trabalho do Serviço Social nesse mercado profissional.

Assim, aos elementos acima destacados, que evidenciam a maturação do golpe de 2016, podem também ser acrescentado o violento ataque ao fundo público e a drenagem intensa de seus recursos para o capital em detrimento da destinação para políticas públicas. São exemplos desse processo: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/241, popularmente conhecida como a “PEC do fim do mundo”, e aprovada pelo Congresso Nacional e o Senado Federal, no final do ano de 2016, a PEC 287/2016, da reforma da previdência, ainda em tramitação em Brasília, e a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº38/2016, em junho de 2017, que instaurou a reforma trabalhista do capital. Como consequência da PEC 55/241 a proposta orçamentária de 2018, enviada ao Congresso Nacional em final de agosto de 2017, apresenta importantes reduções orçamentárias no campo das políticas sociais e urbanas. Cabe aqui, por exemplo, o registro referente a previsão de nenhum recurso orçamentário alocado em novas ações do programa “moradia digna”, integrante da proposta orçamentária de 2018, que reúne o conjunto das ações e políticas habitacionais do Ministério das Cidades (MCidades), no âmbito urbano e rural, notadamente as ações voltadas para a política de habitação de interesse social (provisão de novas moradias e urbanização de assentamentos precários).

Frente a intensificação do processo de reprodução ampliada da lei geral da acumulação capitalista (MARX,2005) estamos diante de um cenário regressivo para os direitos sociais e que também reduz os horizontes da classe

trabalhadora à luta pela sobrevivência cotidiana. O aumento do pauperismo e do desemprego estrutural ocorre na exata medida do crescimento da produção social da riqueza e de sua apropriação como propriedade privada transmutada na forma de finança. Basta lembrarmos que no ano de 2017 os quatro maiores bancos com atuação no Brasil, Itau, Bradesco, Banco do Brasil e Santander, tiveram um aumento de 14.6%, nas suas margens de ganhos financeiros, enquanto a taxa média de desemprego no ano de 2017, segundo dados da PNAD, foi de 12.7%

Sob horizontes tão estreito, a correlação de forças é desfavorável à classe trabalhadora e as lutas sociais refluem. Mas como expressão do movimento contraditório das determinações da realidade social, as lutas sociais podem nascer de campos de práticas sociais antes subalternizados ou invisibilizados pela própria sociedade, mas também pela classe trabalhadora e pela produção do conhecimento marcadamente eurocêntrico e reprodutor de diferentes hierarquias. Penso, por exemplo, na luta feminista e na organização crescente internacional e nacional das mulheres contra todas as formas de sexismo; na luta pela cidadania LGBT e de questionamento aos padrões normativos e normalizadores do corpo, dos desejos, das identidades de gênero e de orientação sexual; na luta do movimento negro a partir do lugar da moradia e da denúncia do genocídio da juventude negra e periférica das favelas, loteamentos, baixadas e espaços periurbanos, genocídio esse histórico, desde a escravidão, e que se perpetua através da reprodução do racismo como forma de dominação e opressão e do racismo institucional que constitui o cotidiano dos espaços institucionais das políticas sociais. Penso também na luta pela autodeterminação dos povos indígenas que denuncia os processos de genocídio étnico, sofridos desde a colonização, em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade. Assim, as questões aqui salientadas como questões de classe, gênero, raça, etnia, e diversidade sexual são também e fundamentalmente dimensões estruturadoras do ser social na sua heterogeneidade e alteridade e devem ser analisadas e compreendidas a partir da categoria da totalidade, do ponto de vista metodológico, na busca da superação da fragmentação da vida social pelas relações sociais capitalistas e a fragmentação da própria classe trabalhadora e suas bandeiras de luta e

horizontes de emancipação humana. É um desafio necessário ao Serviço Social no campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia reconhecer tais dimensões do ser social e da vida social de forma transversal, enquanto matéria prima do trabalho do assistente social, e conteúdo definidor da própria dinâmica de produção social do espaço, já que se tratam de relações sociais que estruturam a produção e reprodução social, que produzem o espaço de nossas realidades urbanas e agrárias, que definem as formas concretas e desiguais da exploração e da opressão, e que se expressam nos diferentes campos das políticas sociais e urbanas, definindo práticas cotidianas de garantia de direitos para alguns e violação cotidiana de direitos para muitos.

III- DIALOGANDO COM NOSSO LEGADO E TRAJETÓRIA: a memória e a história do Serviço Social na política de habitação e na defesa do direito à moradia como legado de resistência e patrimônio crítico.

Parte-se aqui da compreensão que a articulação dialética entre a memória e a história do Serviço Social na Política de Habitação e na defesa do direito à moradia oferece uma rica chave interpretativa sobre as diferentes temporalidades dos processos de transformação da sociedade, da política de habitação, da dinâmica capitalista de produção social do espaço e do campo das “experiências” dos sujeitos profissionais³. Compreender como essas diferentes temporalidades sociais se articulam de forma diacrônica e sincrônica nas temporalidades biográficas de sujeitos profissionais e na temporalidade social da profissão, é uma forma importante de compreensão dos tensionamentos produzidos pela ação dos sujeitos sobre as contradições tanto da realidade social e urbana da questão da moradia e da política de habitação, quanto das condições do trabalho alienado, mediante o exercício da autonomia relativa teórico-metodológica e política do trabalho do assistente social na política de habitação e na luta pela defesa do direito à moradia. Assim, a tarefa

³ As análises aqui sistematizadas expressam o acúmulo dos estudos empreendidos pela pesquisa de pós-doutorado, intitulada “a dialética da memória e da história do Serviço Social na Política de Habitação e na defesa do direito à moradia”. Realizada no período de agosto de 2016 a abril de 2018, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, sob a supervisão da professora Raquel Raichelis.

de investigar a história do Serviço Social permite problematizar e compreender as possibilidades históricas contidas no tempo presente, a partir do estudo da memória e da história do Serviço Social, ao lançar o olhar investigativo para os pontos de tensão, conflito e contradição ainda pouco conhecidos e sistematizados no Serviço Social, mas existentes, que permitem estabelecer diálogos entre as gerações profissionais e as formas de partilha de experiências de conhecimento e de intervenção sobre a realidade social.

Partindo do tempo presente do Serviço Social e buscando colocá-lo em diálogo com seu legado histórico crítico, podemos afirmar que, a partir do final da primeira década do século XXI, ocorre um processo de aprofundamento das funções e requisições historicamente conservadoras, imputadas ao trabalho social na política de habitação, na direção do controle material e simbólico das condições de reprodução social da classe trabalhadora, particularizadas nas formas da moradia popular. As condições históricas de tal processo são aqui flagradas a partir de quatro elementos: 1) a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, a exemplo da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e sua constituição enquanto política de desenvolvimento econômico, ligado a Casa Civil da Presidência da República, para reverter o quadro cíclico de crise capitalista deflagrado, em 2007, em escala mundial (HARVEY,2011); 2) a submissão da política nacional de habitação de interesse social (PNHIS) ao PMCMV tanto no sentido orçamentário/financeiro dos programas executados, quanto no sentido político de programa prioritário de governo; 3) as alterações normativas do componente “trabalho social” da política de habitação, lugar de inserção sócio-institucional do Serviço Social, decorrentes, em larga medida, da criação do PMCMV, que incidiram sobre a base anterior de regulação dos fundamentos políticos e normativos do Trabalho Social, base essa consolidada através da Instrução Normativa nº 8 de 2009 que estabelece uma espécie de fronteira temporal e política das formas de regulação do trabalho social antes e depois do PMCMV; e 4) a instauração da “despolitização da questão social” (YAZBEK,2014), caudatária e produto das políticas neoliberais desencadeadas no Brasil, a partir dos anos 1990, que subordina as concepções e práticas fortalecedoras da esfera pública, da política social e dos direitos, aos requisitos

e urgências da “cultura da crise” (MOTA,2000), da subordinação da política à gestão das urgências e contingências múltiplas da vida social sob a forma da “gestão da pobreza” (YAZBEK, 2014) e da focalização e hierarquização de públicos segmentados por critérios de elegibilidade/seletividade. Tal processo redimensiona o trabalho social na política de habitação, em particular a partir da sua concentração no PMCMV, e se expressa sinteticamente através de um duplo movimento: 1) o excesso de normatização, codificação, homogeneização e centralização do chamado “trabalho social” e da própria política habitacional, para adequar o direito social e a necessidade social por moradia às regras de seletividade, hierarquização, adaptação e controle dos processos de inclusão e permanência da população beneficiária nos programas habitacionais; e 2) a gestão das consequências socioespaciais derivadas da reprodução das formas segregadas e desiguais da produção social da moradia de interesse social no espaço urbano das cidades (PAZ et al, 2015; CARDOSO e PINTO, 2015)

Nesse sentido, o trabalho do assistente social, enquanto profissão integrante do trabalho social, é tensionado por tal processo histórico da política urbana de habitação na direção também do aprofundamento e reatualização das funções de controle social demandadas à profissão (IAMAMOTO, 1999; ABREU,2011). Contudo, não se trata apenas de aprofundamento ou reatualização de antigas funções de controle sobre as condições de reprodução das relações sociais, mas também de submissão do Serviço Social ao Trabalho Social, levando, inclusive à indistinção entre o que é componente de política pública e o que é profissão. Tal tendência choca-se com o acúmulo teórico-metodológico e ético-político produzido pelo Serviço Social, historicamente, no sentido de uma compreensão não reducionista da profissão que supera criticamente a concepção do Serviço Social como equivalente à política social, onde se insere institucionalmente o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 1999 e 2014), ou, de forma ainda mais fragmentada, a um determinado componente ou programa da política de habitação. Da mesma forma tal “indistinção” pode contribuir para a desprofissionalização do Trabalho Social, que passa a ser compreendido não como campo de atribuições profissionais e interdisciplinares de intervenção na política de habitação, mas como um campo técnico genérico de atribuições

passíveis de forte codificação e hierarquias de controle do “fazer” que lhe é demandado e normatizado e de separação entre as dimensões do “fazer” e do “pensar”. À essas tendências destacadas, somam-se as profundas transformações no mundo do trabalho no sentido do aprofundamento dos processos de precarização social já analisados.

Em síntese, o aprofundamento de antigas funções de controle, acrescidas das funções de gestão da pobreza e das consequências de reprodução da segregação socioespacial da moradia, a tendência à indistinção entre trabalho social e a profissão Serviço Social, e o aumento das formas de precarização social do trabalho do assistente social, se manifestam a partir da articulação entre as contradições de três grandes dimensões ou vetores da ação pública habitacional no tempo presente: 1) retomada das ações públicas de remoção de favelas a partir da segunda década do século XXI, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo (CARDOSO, 2013 e 2015; VIEIRA, 2013); 2) produção em massa, estandardizada, em escala nacional, e de forma segregada de habitações de interesse social, fortemente vertebrada pelo capital imobiliário e o fundo público, através do PMCMV (AMORE et al, 2015), não obstante o significativo refluxo dos investimentos públicos na chamada faixa 1 do programa, destinada a família com renda de até R\$ 1,8 mil reais, a partir de 2016.; 3) terceirização do trabalho social na política de habitação (PAZ et al, 2015, CARDOSO e PINTO, 2015).

É importante observar que as duas primeiras dimensões demarcadas se estabelecem e se expandem no século XXI contraditoriamente, a partir de um cenário político, legal e institucional caracterizado pela incorporação de conquistas democráticas caudatárias das lutas sociais pela reforma urbana das cidades, da transição dos anos 70/80 do século XX, já institucionalizadas por diferentes marcos legais – Constituição de 1988, Estatuto da Cidade, Constituições estaduais, leis orgânicas municipais, Planos Diretores, lei de criação da PNHIS/SNHIS/FNHIS) - e por ações e políticas de governo e de Estado como criação do Ministério das Cidades (MCidades).

A reatualização de práticas *remocionistas* de favelas não expressa a persistência de um Brasil arcaico que não se modernizou, mas

antes a face estruturalmente e contemporaneamente violenta das contradições capitalistas de produção social do espaço, que se articulam ao processo de acumulação por espoliação, como conceituado por Harvey (2004).

Cabe destacar que o aprofundamento e a atualização da função de controle material e simbólico sobre as condições de reprodução da classe trabalhadora está assentada na própria história do Serviço Social, em termos do seu patrimônio teórico-metodológico e ético-político (IAMAMOTO, 1999 e 2014), que possibilitou, através do longo processo de reconceituação do Serviço Social (FALEIROS, 1987, SILVA, 2011) , notadamente através da chamada “intenção de ruptura” (NETO,1991), o reconhecimento e a crítica tanto à requisição histórica e institucional do trabalho do assistente social para o exercício de tais funções de controle, quanto aos fundamentos teóricos e ídeo-políticos conservadores da própria profissão que se amalgamaram ao campo das referidas requisições de controle social, particularmente no campo habitacional (AMANN,2013,ABRAMIDES et al,1980, SILVA,1989). Neste sentido, corroboramos com a avaliação de Mota (2014) quando afirma que um dos principais desafios da profissão no século XXI é a articulação entre os avanços advindos desse patrimônio teórico-metodológico e ético-político e sua “relação de unidade com a prática e a formação profissional” (p.700).

Afirma-se aqui a necessária ampliação dos esforços de investigação de um campo mais preciso da história profissional do Serviço Social, ainda pouco conhecido e investigado, o da sua inserção sócio-institucional e política no campo da Política Pública de Habitação e da luta pelo direito à moradia. A partir de alargamento desse campo investigativo, poderemos compreender tanto as condições de controle e subordinação do trabalho do assistente social, inserido na divisão social e técnica do trabalho na política de habitação, quanto “identificar, a partir de ações concretas, as expressões objetivas e o núcleo dos processos sociais que, mediados pela ação profissional, revelam as marcas da dimensão política da atuação profissional cotidiana” (MOTA, 2014, p 695). E o mais importante, através do aprofundamento de tal pesquisa histórica podemos contribuir para a construção de formas de diálogo e compartilhamento teórico-prático e ético-político entre as gerações de assistentes sociais através da transformação dos resultados

do processo investigativo em conteúdos curriculares e práticas educativas no âmbito da formação profissional em Serviço Social, enriquecendo os horizontes intelectuais e as habilidades e competências profissionais. Tal prática de formação opera como contratendência aos processos de redução da intervenção aos manuais de normatização e codificação do trabalho profissional, e de apagamento dos rastros da memória do Serviço Social na política de habitação e na defesa do direito à moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto, ao analisar formas de violência e expropriação contidas na dinâmica da reprodução ampliada do capital, buscou contribuir para a reflexão das expressões contemporâneas de transformação da dinâmica capitalista de produção social do espaço urbano e as conseqüentes inflexões desse processo sobre a política de habitação, a defesa do direito à moradia e as metamorfose das bases objetivas e subjetivas do trabalho do Serviço Social, a partir da consideração da prática profissional como trabalho e dos sujeitos profissionais enquanto integrantes da classe trabalhadora. A partir desse campo mais amplo de problematização e reflexão o texto propôs a consideração da memória e da história do Serviço Social no âmbito da política de habitação e da defesa do direito à moradia como legado de resistência e patrimônio crítico da profissão – necessário de ser maior investigado, conhecido e compartilhado entre as gerações, no âmbito da formação e do exercício profissionais – capaz de possibilitar: 1) a construção e divulgação de uma narrativa da história do Serviço Social na política de habitação e no campo da defesa do direito à moradia, que, sem se confundir com a própria política ou se reduzir a ela, contribua para uma história social crítica da profissão e da sua inserção na política habitacional e no campo da questão urbana no Brasil; 2) não apagar os rastros da memória e da história do Serviço Social frente à pressão e ao vigor do discurso ideológico das crises capitalistas, das formas de desigualdade e das práticas contemporâneas de regulação da questão social subordinadas à gestão da pobreza; 3) lançar a luz investigativa sobre a capacidade criadora da ação dos sujeitos profissionais, ainda que socialmente

determinada, na relação direta com o trabalho, que tensiona a forma burguesa desigual tanto da política habitacional, quanto da produção da moradia como mercadoria e não enquanto direito.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. Beatriz C; MAZZEO, S. C.; FINGERMAN, T. N. **Repesando o trabalho social**: a relação entre Estado, instituição e população. São Paulo: Cortez, 1980.

AMANN, Safira B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Z.; RUFINO, Maria Beatriz C. **Minha casa ... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. cap 14. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf>. Acesso em: maio 2015.

ANTUNES, Ricardo e DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: _____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2013. v. II.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, Isabel Cristina da C. Das reformas urbanas da transição ao século XX à operação urbana consorciada da Região do Porto do Rio: apontamentos para um debate. In. GOMES, Maria F. C.M. et al. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

CARDOSO, Isabel Cristina da C.; PINTO, Marina Barbosa. A produção capitalista do espaço urbano e o trabalho do assistente social na habitação. **Anais...** VII Jornada Internacional Políticas Públicas, Maranhão, UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 25 a 28 de 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 24, p. 49-69, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A formação acadêmica-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro I, vo. 1.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, Maria Célia. (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: COMISSÃO PASTORA DA TERRA. **Conflitos sociais no campo**. Brasil 2010. Goiânia: CPT, 2011.

PAZ, Rosângela Dias; et al. Trabalho social no PMCMV: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lucia Z. e RUFINO, Maria Beatriz C. **Minha casa ... E A Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf>. Acesso em: 8 maio 2015.

PRIETO, Gustavo Francisco T. Sob o império da grilagem: os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis**, Niterói, n. 8, p1-18, 2017.

RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2018.

SILVA Maria Ozanira da. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Política habitacional brasileira. São Paulo: Cortez, 1989.

VICENTE, Damares. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In: RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

VIEIRA, Nuria Pardilos; BAGNATORI, Maura Iclea. Apontamentos sobre urbanização de favelas, remoções de moradias e trabalho social na cidade de São Paulo. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, 2013. p. 237-264. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/10artigo29.pdf>>.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.